

CPI do Jockey investiga contratos e gestão de recursos

Comissão ouve técnicos e aponta inconsistências em documentos e uso de verbas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura a situação do Jockey Club de São Paulo realizou, nesta terça-feira (28), mais uma reunião na Câmara Municipal. O colegiado investiga possíveis irregularidades envolvendo contratos, gestão de débitos tributários, uso de recursos e aspectos imobiliários ligados à entidade, além da atuação de órgãos públicos no acompanhamento dessas atividades.

Durante a sessão, foram ouvidos representantes técnicos que apresentaram esclarecimentos sobre contratos e serviços relacionados ao clube. Participaram a arquiteta Marina Nardin Prado, integrante do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), e o arquiteto Igor Gabriel de Souza Carollo, sócio-administrador de um escritório especializado em arquitetura e restauro.

Marina relatou aos vereadores que o DPH identificou inconsistências em documentos apresentados pelo Jockey Club, especialmente em planilhas que detalham projetos e

aplicação de recursos. Segundo ela, houve divergências entre prazos informados e o estágio real de execução das iniciativas. Em um dos relatórios analisados, projetos listados como concluídos em determinado período ainda estavam em fase de elaboração, o que motivou pedido de revisão por parte do órgão.

A arquiteta também apontou falhas na descrição dos gastos. De acordo com sua análise, parte dos recursos recebidos pelo clube, estimados em cerca de R\$ 20 milhões para obras de grande porte, foi apresentada de forma genérica, sem detalhamento suficiente. Já outros valores, que somariam aproximadamente R\$ 45 milhões, não tiveram destinação claramente identificada nos documentos encaminhados.

Entre os pontos levantados, chamou atenção a repetição de valores idênticos para projetos distintos, com características e dimensões diferentes, o que não é considerado usual em orçamentos dessa natureza. Também foi destacada a aplica-



Para o presidente da comissão, Gilberto Nascimento (PL), os esclarecimentos são insuficientes

ção uniforme de um índice de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) em todos os projetos, prática que foge ao padrão técnico. As inconsistências foram encaminhadas para análise jurídica no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo.

Na sequência, Igor Carollo apresentou informações sobre o contrato firmado com o Jockey Club em 2024. Segundo ele, o serviço contratado tinha como objetivo registrar e demonstrar intervenções realizadas nas estruturas do clube, com base em registros de antes e depois das obras. O valor do contrato, conforme relatado, foi de R\$ 100 mil.

O arquiteto afirmou que os trabalhos foram executados conforme previsto, mas informou que, até o momento, não houve pagamento pelos serviços prestados. Ele destacou, também, que sua análise se limitou à verificação da execução física das obras, sem avaliar a compatibilidade entre os valores investidos e os resultados apresentados.

De acordo com seu relato, os documentos técnicos consultados, como diários de obra, indicam que os procedimentos de restauro seguiram padrões adequados. No entanto, ele ressaltou que não tem atribuição para julgar a adequação dos custos envolvidos, ponto que permanece sob investigação.

Os vereadores que integram a Comissão de Inquérito avaliaram os depoimentos e indicaram a necessidade de aprofundar a apuração. O presidente do colegiado, Gilberto Nascimento (PL), afirmou que os esclarecimentos apresentados até o momento não foram suficientes para sanar as dúvidas levantadas. Já o relator, Carlos Bezerra Jr. (PSD), destacou a existência de contradições nos dados financeiros e a ausência de comprovação detalhada sobre parte significativa dos recursos repassados ao clube.

Segundo os parlamentares, há preocupação com a falta de rastreabilidade de valores que, somados, chegam a dezenas de milhões de

reais. A comissão de Inquérito pretende avançar na identificação da origem e da destinação desses recursos, bem como na verificação da regularidade dos contratos firmados.

Durante a reunião parlamentar, também foram aprovados quatro requerimentos para a continuidade das investigações da Comissão. Os pedidos incluem convites a representantes da Procuradoria Geral do Município - PGM, da Secretaria Municipal da Fazenda e do Departamento de Desapropriações, com o objetivo de ampliar o conjunto de informações disponíveis à CPI.

Além dos integrantes já citados, participaram do encontro os vereadores Sansão Pereira (Republicanos), Silvinho Leite (União), Roberto Tripoli (PV), Luana Alves (PSOL), Kenji Ito (Podemos) e Dheison Silva (PT). A comissão deve seguir com novas oitivas e análise de documentos nas próximas semanas, buscando esclarecer possíveis irregularidades e responsabilidades relacionadas ao caso.

Vereadores de SP articulam retorno do home office em votações de projetos

Reprodução/RedeCâmaraSP

Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo articulam a retomada do sistema de votação remota para projetos de lei, modelo adotado durante a pandemia de Covid-19 e posteriormente encerrado. A proposta vem sendo discutida entre parlamentares de diferentes partidos e pode alterar regras internas da Casa para permitir novamente a participação à distância em deliberações.

A mudança dependeria de ajustes no regimento interno, possivelmente por meio de emendas incluídas em projetos em tramitação. A ideia é flexibilizar a exigência de presença física no plenário, permitindo que vereadores registrem presença e votem de forma virtual em determinadas situações.

O tema divide opiniões entre os parlamentares da Câmara. Parte dos vereadores avalia que o retorno do formato remoto pode dar mais agilidade às votações e facilitar a participação em sessões, especialmente em períodos de agenda intensa ou compromissos externos. Outros, porém, apontam que a medida pode reduzir o debate presencial e dificultar estratégias regimentais, como obstruções, utilizadas por bancadas para retardar a tramitação de propostas da Casa.

O sistema híbrido de votações havia sido implementado em caráter emergencial durante a pandemia de Covid-19, permitindo sessões virtuais ou parcialmente presenciais. Com o fim da fase mais crítica da cri-



Thammy Miranda (PSD) lidera grupo de 25 parlamentares

se sanitária, a Câmara decidiu retomar o modelo presencial como regra, restringindo o uso de ferramentas digitais para votações entre os vereadores.

Mesmo após o retorno das

atividades presenciais, mecanismos digitais continuaram sendo utilizados em casos específicos, como no plenário virtual, que permite a análise remota de projetos de menor complexida-

de na Câmara, como denominações de vias públicas e concessões de homenagens.

A eventual retomada do home office no legislativo paulistano, para votações mais amplas, pode ter impacto direto na dinâmica legislativa da cidade de São Paulo. A medida envolve não apenas questões operacionais, mas também disputas políticas sobre o ritmo de tramitação de projetos e o funcionamento das sessões.

Até o momento, não há definição sobre quando a proposta poderá ser votada ou se haverá consenso para sua aprovação. O tema segue em discussão nos bastidores e deve avançar conforme a articulação entre lideranças partidárias e a Mesa Diretora da Casa.